

O CAMPO BRASILEIRO NO CENÁRIO DA MATRIZ ENERGÉTICA RENOVÁVEL: NOTAS PARA UM DEBATE

THE BRAZILIAN FIELD ON THE RENEWABLE ENERGETIC MATRIX SCENE: NOTES FOR A DEBATE

EL CAMPO BRASILEÑO EN LO ESCENARIO DE LA MATRIZ ENERGÉTICA RENOVABLE: NOTAS PARA UNA DISCUSIÓN

Eliane Tomiasi Paulino

Professora do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina
eliane.tomiasi@uel.br

Resumo

As profundas mudanças ocorridas sob o signo da mundialização do capital não apenas afetaram as relações de produção no campo de forma bastante particular, mas acabaram por se tornar portadoras de novas promessas para a agricultura, considerando a possibilidade de que essa venha a responder, pelo menos em parte, às necessidades de fornecimento de energia ante o cenário de esgotamento do modelo baseado na queima de combustíveis fósseis. No Brasil, apesar de suas condições privilegiadas para responder a esse desafio, surgem inquietações, dadas as perspectivas de que essa seja mais uma ocasião para a exacerbação da concentração fundiária, para a precarização ainda maior das condições de trabalho no campo, bem como para a vulnerabilização da agricultura camponesa, entre outros. A renúncia política em optar por um modelo de produção de energia que seja social e ambientalmente sustentável, tendo o campesinato como protagonista, em prol de um modelo insustentável em ambos os aspectos, encontra respaldo na tese da eficiência produtiva e da superioridade técnica do agronegócio, o que torna imperativa a reflexão sobre argumentos e teorias que lhes dão corpo e que têm orientado alguns estudos agrários no Brasil.

Palavras chave: Eficiência produtiva, produção de energia, referenciais teóricos, agronegócio, agricultura camponesa.

Abstract

The deep changes which occurred under the capital world-widening sign not only affected in a very particular way the production relations on the field but also came to carry new promises for agriculture, considering the possibility of it coming to fulfill, at least on parts, the energy supplying necessity, given the fossil fuel burning based model depleting scene. In Brazil, besides the country's favorable condition to react to this challenge, many worries appear, given the perspectives of this being another occasion for the agrarian concentration exacerbation, for the field work conditions becoming even more precarious, as well as for the agriculture's peasant becoming more vulnerable. The political disagreeing about choosing an energy production model which is socially and environmentally sustainable and has the field area as a protagonist, looking after an unsustainable model on both aspects, finds endorsement on the agribusiness productive efficiency and technical superiority thesis, what makes imperative the reflection about arguments and theories which give sustentation and guide some agrarian studies in Brazil.

Key words: productive efficiency, energy production, theoretical references, agribusiness, field agriculture.

Resumen

Los cambios profundos que ocurrieron con la mundialización del capital han afectado no solamente de una manera muy particular las relaciones de producción en el campo, pero también vinieron traer nuevas promesas para la agricultura, en vista de la posibilidad que ella venía satisfacer, por lo menos en parte, las necesidades de energía, dado el agotamiento de el modelo basado en la quema de combustible fósil. En el Brasil, a pesar de sus condiciones favorables para responder a este desafío, algunas inquietuds aparecen, dado las perspectivas de esta ser otra ocasión para la exacerbación de la concentración de la tierra, para precarización de las condiciones del trabajo agrícola, así como para la vulnerablización de la agricultura campesina, entre otros. La renuncia política en optar por un modelo de producción energética social y ambientalmente sustentable con los campesinos en la condición de protagonistas, en favor de un modelo insustentable en ambos los aspectos, encuentra endoso en las tesis de la eficiencia productiva e de la superioridad técnica del negocio agrícola, y qué hace imprescindible la reflexión sobre discusiones y teorías que le dan cuerpo y dirigen algunos estudios agrarios en el Brasil.

Palabvras claves: eficiencia productiva, producción energética, referencias teóricas, negocio agrícola, agricultura campesina

Introdução

Em tempos de inquietação global, dadas as ameaças que as anunciadas mudanças climáticas impõem ao planeta, a promessa de mudança da matriz energética parece surgir como um alento.

Alento tanto maior para nós, brasileiros, porque supostamente essa crise nos trará dividendos, tendo em vista as condições inigualáveis para a produção e aproveitamento da biomassa, capaz de atender uma parte importante da demanda mundial por “energia limpa”.

Afora os ufanismos que essa situação desencadeia, o que é perfeitamente compreensível, até porque o povo brasileiro aguarda há séculos o encontro com seu destino grandioso, é imperioso debater estratégias e idéias ora em foco , sob pena de nos omitirmos em mais esse momento paradoxal, em que as oportunidades tanto podem desdobrar-se em inclusões quanto em exclusões acentuadas.

Para começar, faz-se necessário transcender a constatação simplista de que o Brasil é o país que, na atualidade, apresenta as condições para melhor responder ao desafio da produção energética renovável, para a qual três fatores são fundamentais: sol, terra e água. Some-se a isso os dois elos necessários ao fechamento da cadeia, respectivamente mão-de-obra e tecnologia.

A abundância ímpar destes eliminaria qualquer razão para inquietações, não fosse a forma como essas variáveis tendem a convergir, instituindo arranjos territoriais já conhecidos e que, aliás, estão no âmago da questão agrária brasileira.

Certamente esse debate remete a uma questão de método, já que para uma parte da intelectualidade, não há qualquer pertinência em fazê-lo, dado que os impasses da questão agrária supostamente teriam sido eliminados naturalmente, no curso da própria dinâmica socioeconômica das últimas décadas.

É, pois, sobre princípios e evidências destes dissensos que iremos nos deter, a fim de analisar o cenário da produção de energia renovável no contexto da questão agrária,

suas potencialidades e limites, tendo como eixo condutor o tratamento teórico dispensado ao campesinato, classe que traz em si a possibilidade de responder aos desafios postos de forma includente e pouco predatória, mas que só poderá fazê-lo caso políticas públicas contemplem sua participação, e isso exige debates consistentes, para não falar nos embates.

Da crise energética aos estudos agrários

Se pudéssemos raciocinar em termos de crises, desconsiderando as contradições de classes, já que as mesmas implicam brechas para a acumulação, nos termos indicados por Harvey (2005), e conseqüente aprofundamento dos mecanismos de extração da mais valia social, resta a constatação de que estamos diante de uma crise energética premente.

Antes de incorreremos nessa simplificação, que atende às conveniências da coesão social impostas ao conjunto da humanidade, porque faz crer que todos são indistintamente atingidos, é inquestionável o esgotamento do modelo energético baseado na queima de combustíveis fósseis, seja pelo escasamento das reservas, seja pelas implicações ambientais de sua utilização.

Ao que parece, a melhor resposta a ela virá, ou melhor, já está vindo, da agricultura, que se depara com redefinições produtivas e novas possibilidades de auferição da renda da terra. Sendo assim, a aparente posição secundária dessa atividade, em vista do triunfo de um modelo societário amparado pelo que Santos (2005) denomina de meio técnico científico informacional, é modificada, alçando um grau de importância que jamais perdera, contrariamente à percepção socialmente construída a seu respeito, fato com que já se ocupara Marx há mais de um século atrás.

[...] todo desenvolvimento do capital tem por base natural a produtividade do trabalho agrícola. Se o ser humano não fosse capaz de produzir num dia de trabalho mais meios de subsistência, ou seja, em sentido estrito, mais produtos agrícolas que os necessários para reproduzir cada trabalhador, se o dispêndio diário de força de trabalho de cada um apenas desse para gerar os meios de subsistência indispensáveis às respectivas necessidades eventuais, não se poderia falar de produto excedente nem de mais-valia. A produtividade do trabalho agrícola excedendo as necessidades individuais do trabalhador é a base de toda a sociedade e sobretudo da produção capitalista, que libera a produção dos meios imediatos de subsistência parte cada vez maior da sociedade, convertendo-a [...] em 'braços livres', tornando-a disponível para ser explorada noutros ramos. (MARX, 1974, p. 901)

Se o papel estratégico da agricultura é maior do que se faz crer, é certo que a participação proporcionalmente menor de seus agentes na partilha da riqueza socialmente daí derivada resulta de um confronto de forças próprio da dinâmica capitalista, sobre o qual não iremos nos deter, por extrapolarem os limites da análise aqui proposta.

Todavia, não basta apenas considerarmos que o capitalismo não pode prescindir do sustentáculo primordial, a agricultura, pois isso poderia levar a outra generalização indevida, a de que essa se apoiaria em uma base homogênea, o que efetivamente não é o caso, pois diferentes classes concorrem para essa produção .

A novidade é que à mera tarefa de suprir as demandas energéticas em termos de consumo humano vital, o de alimentos, soma-se agora o desafio de fornecer energia para mover as engrenagens produtivas da contemporaneidade, fundamentalmente baseadas em arranjos espaciais em que os deslocamentos de pessoas e mercadorias são fundantes.

Tais mudanças também trazem implicações aos esquemas teóricos que temos acionado para compreender o campo, particularmente quando se está do lado dos que crêem que o conhecimento deve situar-se no contexto das indagações cujo fim último é a contribuição para a construção de um modelo societário alternativo ao que está posto, e isso supõe o debate com outras formas de pensar, instituídas no próprio curso dos conflitos de classes.

Entretanto, é bom lembrar que desde a emergência do modo capitalista de produção, a organização das atividades produtivas foram profundamente alteradas, o que por sua vez implicou radicais transformações territoriais, a começar pela expansão das cidades e consolidação de sua centralidade nos processos de controle da produção, inclusive daquela oriunda do campo.

A transição de centro administrativo e ou comercial, para centro produtivo privilegiado, com a indústria mediando a produção como um todo, lançou uma incógnita aos pensadores nascidos nos quadros das ciências humanas emergentes, que buscavam respostas para uma sociedade perplexa ante um ritmo de transformações de difícil assimilação.

É no interior desse contexto que começam a surgir estudos agrários abrangentes, hoje denominados estudos clássicos, e que se propunham a interpretar o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo à luz de referenciais teóricos construídos para entender a indústria e sua conversão em agente primaz das dinâmicas socioterritoriais.

Desse cenário, interessa-nos aqueles de cunho marxista, cujas abordagens inicialmente convergem para o pensamento do jovem Marx, que assinalava o caráter progressista do capitalismo ante o modo de produção anterior. Entretanto, a desenvoltura com que se invoca o progresso técnico para incutir um padrão de consumo supostamente gerador de felicidade, ou mesmo para acalentar os que dele não partilham, resulta da visão que institui a centralidade dos processos sociais numa valorização ambivalente, em que as técnicas são sobrepostas às ações humanas que as criam, compreensão que não encontra respaldo no pensamento de Marx, senão vejamos:

São grandes os méritos do modo capitalista de produção, o de ter racionalizado a agricultura, capacitando-a pela primeira vez para ser explorada em escala social, e o de ter posto em evidência o absurdo da propriedade fundiária. Comprou esse progresso ao preço de todos os demais: de início reduzindo ao empobrecimento completo os produtores imediatos. (MARX, 1974, p. 709)

Em suas análises, Marx jamais abdicou do princípio da contradição para analisar os paradoxos do desenvolvimento capitalista, mas fragmentos de seu pensamento foram suficientes para disseminar equívocos.

Um deles diz respeito à compreensão linear da história, como se as mudanças ocorridas na transição do modo de produção feudal para o capitalista, destacadas pelo próprio Marx com um avanço em relação às formas escravistas e primitivas de produção, pudessem seguir um curso inexorável, culminando no socialismo, a ante-sala para uma sociedade sem amarras, capaz de prescindir de instituições reguladoras, entre elas o Estado, e do próprio trabalho alienado. Como se verá mais adiante, o legado dessa interpretação tem ligação direta com os estudos agrários, porque diz respeito ao futuro da classe camponesa no seio da agricultura capitalista.

Outro equívoco diz respeito aos atributos conferidos ao próprio capital que, não raro, é tido como ente dotado de personalidade e determinações próprias, desvinculado das ações humanas que lhes dá corpo e forma.

Como advertira Marx (1974, p. 936), o capital não é portador de valores intrínsecos, pois nada mais é do que uma relação social de produção. Em outras palavras, a sua “demonização” pelos que almejam a superação das mazelas de nosso tempo, ou a sua exaltação, pelos que compartilham as benesses próprias desse estágio de desenvolvimento das forças produtivas, em nada contribuem para uma perspectiva transformadora da sociedade.

Se temos claro que estamos diante do processo social de produção em que as forças sociais e as formas de trabalho convergem para o que chamamos de história, parece mais tangível vislumbrar a névoa mística de que nos falava Marx, expurgando a noção de potência autônoma capaz de sobrepor-se à ação dos sujeitos o que, em síntese, é a essência da alienação.

Daí a fragilidade de pressupostos teóricos clássicos que instituíram a primazia da técnica sobre a dinâmica da produção no campo, à medida que propugnaram um cenário em que a difusão de técnicas modernas seria a tônica da racionalidade e da eficiência produtiva; por sua vez, estas estariam devidamente associadas ao empreendimento de larga escala, leia-se capitalista. Desde então, os camponeses passaram, no plano teórico, à condição de classe anacrônica do capitalismo, sujeita à sentença do inexorável desaparecimento.

É evidente que desconsiderar a enorme capacidade que os capitalistas têm tido de perpetuar a lógica da acumulação ampliada, o que pressupõe separação dos trabalhadores dos meios de produção, seria um contra-senso. Contudo, ao longo do último século isto não se deu de maneira unidirecional na agricultura, dada sua dinâmica ímpar, a começar pela dependência dos ciclos da natureza, algo que a produção industrial e demais atividades urbanas desconhecem.

O próprio Kautsky (1980), que nos legou a teoria do desaparecimento do campesinato, já advertira sobre a necessidade de atentar para os ciclos distintos dessa atividade em relação à lógica da indústria, na qual se pautou para analisar o

desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Lembrou da pertinência de considerarmos o meio artificial, adaptado às necessidades da produção industrial, como principal triunfo que a agricultura não tem a seu favor.

Ademais, em um contexto de deslumbramento ante o aprimoramento do melhoramento genético, da utilização de energia fóssil em detrimento de energia vital, entre outros elementos do progresso técnico, marcou um posicionamento à frente de sua época, advertindo sobre a insustentabilidade das práticas que hoje não apenas se disseminaram ao limite, mas já atingiram um novo patamar, o da biotecnologia, com todas as suas incógnitas.

Isso não o impediu de render-se às promessas da função arrebatadora das técnicas incorporadas à agricultura, a começar pelos trabalhadores que, a seu ver, seriam alçados da barbárie à humanidade pela transição de camponeses a proletários, considerados superiores, porque partícipes das regras do trabalho social, coisa que não experimentariam enquanto camponeses, pelo caráter individual/familiar de suas atividades.

Não obstante, faz-se necessário lembrar que como partidário do socialismo, em um momento ímpar das lutas políticas, a posição de Kautsky era coerente com o princípio de que somente a experiência da proletarização poderia levar os trabalhadores não apenas à renúncia da propriedade individual, mas também à necessária aprendizagem das regras da convivência coletiva.

Daí o sentido de proclamar a condição pré-política do campesinato e a necessidade de transição de classe, o que viria com a adesão subalterna às fileiras "revolucionárias" do proletariado. Por outro lado, nasce aí o mito da empresa rural como arrebatadora da miséria no campo e promotora de transformações benéficas à sociedade. Esse esquema interpretativo deixou raízes profundas nos estudos sobre o campo, incluindo-se os de cunho progressista, oriundo de teóricos identificados com a produção de Marx.

De acordo com Shanin (1980), teóricos clássicos e contemporâneos adeptos dessa leitura se perderam na radicalização dos preceitos de Marx, porque tomaram o capitalismo como força arrebatadora e irresistível, negando o princípio da contradição nos recortes analíticos da realidade.

Considerando as peculiaridades produtivas da agricultura, seus processos e ritmos, nem sempre a lógica da economia de escala é a que se impõe. Entretanto, é esse corte analítico que tem prevalecido quando se trata de analisar a agricultura contemporânea e os cenários futuros dessa atividade.

Dessa maneira, convém buscar as raízes dessa compreensão e o seu sentido na atualidade, sobretudo no caso brasileiro. Lênin (1982) foi um dos teóricos a ocupar-se do estudo da agricultura capitalista a partir do referencial marxista. Para ele, o desenvolvimento técnico definia um caminho inexorável para o campo: o da diferenciação social, porque nesse paradigma produtivo, racionalidade técnica e altos investimentos seriam indissociáveis.

Embora pouca atenção tenha sido dada à distinção que Lênin fez entre exploração e extensão da unidade produtiva, e que culminou na tendência de invocar seus

estudos para naturalizar a associação entre eficiência produtiva e grande propriedade, para ele era o grau de investimento, e não o tamanho da propriedade, a ser tomado como referência para diferenciar grandes e pequenas explorações. Em outras palavras, um latifúndio seria uma pequena exploração, em vista de parques investimentos e conseqüente baixa capacidade produtiva, proporcionalmente à área controlada.

Por conveniência de uns e descuido de outros, aqui essa distinção parece ter se perdido no tempo, prevalecendo a tese da racionalidade técnica vinculada ao tamanho das propriedades. Sendo assim, tornou-se lugar comum associar viabilidade técnico-econômica à grande propriedade, associação essa que tem implicações ponderáveis quando se trata do Brasil, em geral, e do negócio energético, em particular.

É por isso que não se pode tomar a produção de conhecimentos como um esforço coeso rumo à transformação da sociedade, e esse aspecto teórico o confirma, porque foi tomado como instrumento de legitimação em uma sociedade em que os interesses da classe proprietária de terras são hegemônicos, sobretudo a partir da aliança terra - capital. Daí a pertinência de pensar métodos, teorias e conceitos como constructos afinados a concepções filosófico-políticas que apontam para modelos societários divergentes, e que adquirem sentido ante perspectivas de classe.

Ao esforço em eleger o agronegócio fundado na grande propriedade e na exploração do trabalho como único setor capaz de responder aos desafios econômicos da mundialização dos mercados, não esteve alheia a academia. Se o fortalecimento dessa classe, via renúncia do Estado em promover uma reforma agrária de fato, pode contar com a máquina pública, até porque essa tende a ser apropriada pelas forças hegemônicas, não menos importante foi a consolidação da tese de que esse é o desdobramento possível no interior do capitalismo, e aí entram as formas como são acionadas as teorias.

Das teorias às políticas de gestão do território

Considerando a relação conhecimento comum - conhecimento científico, parece haver uma sensação generalizada de que alguns ramos da ciência produzem conhecimentos que darão retorno e outros não. Enquanto poucos duvidam de que os estudos baseados no manuseio de substâncias em tubos de ensaio e em equipamentos imperscrutáveis trarão resultados palpáveis, muitos não conseguem vislumbrar a “utilidade” dos estudos teóricos, sobretudo em ciências humanas, incluindo-se os geográficos. Aliás, pesquisadores iniciantes e até experientes, não raro, expressam o sentimento de que todos seus esforços de pesquisa resultaram inúteis, porque reclusos em relatórios e publicações de baixa circulação.

Não se pretende aqui entrar no mérito do pragmatismo em ciência, meta considerada obscena por muitos, entre eles Milton Santos, que em resposta a essa prática disseminada de conhecimento mercantil, conclama à construção de uma “geografia heróica” baseada em uma ética igualmente heróica, já que “ [...] se deve estar preocupado com o

espaço social, o espaço de todos, e não com o espaço das empresas, o espaço de alguns [...]” (SANTOS, 2003, p. 34).

Pretende-se sim, refletir sobre desdobramentos das teorias, pois constituem-se em referenciais não apenas para as pesquisas, mas sustentam visões de sociedade e orientam a política.

Considerando que a política é o exercício do confronto dos diferentes e das diferenças sem o recurso à força, em uma sociedade tão díspar como a capitalista, é desse exercício que podem emanar mudanças que favoreçam a diminuição das desigualdades, da mesma forma como emanam ações que as aprofundam. É isso que não comporta a neutralidade em ciência e em suas opções teórico-metodológicas, pois a política alimenta-se do conhecimento, ao mesmo tempo que dela emanam as políticas territoriais que definem quem ficará ou terá acesso a quê.

Ao trazermos para o foco dessa reflexão a questão agrária, os impasses e as potencialidades ante a emergência da matriz energética renovável, entendemos que uma teoria em particular, a do desaparecimento do campesinato, pode e tem sido acionada para legitimar políticas territoriais excludentes, em especial aquelas que colocam todos os esforços na viabilização da agricultura de escala.

Ora, a premissa de que os camponeses não existem, ou de que não possuem as condições materiais, técnicas ou culturais para recriarem-se como classe no contexto da economia mercantil, contém uma sentença tácita: a de que não podem ser protagonistas de um modelo alternativo de produção de energia vinculado à atividade agrícola. Esse é um convite à não política, porque o confronto entre alternativas produtivas sequer se anuncia, pavimentando o terreno para a expansão do agronegócio energético fundado na expropriação, na exploração extrema da força de trabalho e na depredação ambiental.

Entretanto, não se poderá fazer uma vinculação simplista entre tais desdobramentos e as proposições de Kautsky (1980) e de Lênin (1982), pois as teorias não devem ser estáticas ou refratárias às mudanças que se impõem no curso da realidade. Dito de outro modo, esses teóricos tinham diante de si uma realidade em transição, já que as relações de produção tipicamente capitalistas estavam consolidadas apenas na indústria, enquanto que no campo eram apenas um esboço.

Baseados na leitura que Marx fizera do capitalismo, cujo recorte não era e nem poderia ser o campo, acabaram por tomar como válida a projeção de que a agricultura igualmente experimentaria a separação essencial entre capital e trabalho, daí a compreensão de que a proletarização seria o destino inexorável do campesinato.

Entretanto, uma análise mais cuidadosa da obra de Marx não permite reafirmar essa sentença, pois seus estudos estão fundados na compreensão de que o capitalismo, embora seja o modo de produção dominante, não se limita a uma estrutura bipolar, constituída exclusivamente pela oposição entre proprietários dos meios de produção e detentores da força de trabalho.

Por essa razão, a persistência e as potencialidades da agricultura de pequena escala explicam-se, para além da dinâmica interna do trabalho camponês, pelas

necessidades da própria produção capitalista. Isso não implica tomar essa relação como de mão única, nos moldes estruturalistas, mas acatar o princípio da contradição para seu entendimento.

Marx nos deu indicações seguras de que é a natureza peculiar de certos setores da produção agrícola que repele o investimento capitalista. É a partir da teoria do valor trabalho que se poderá compreendê-la, já que se considera que o valor de troca de qualquer mercadoria, seja oriunda da forma tipicamente capitalista ou não, é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la, senão vejamos:

O tempo de trabalho é sempre tempo de produção, o que é o mesmo que dizer que é um tempo durante o qual o capital é firmemente mantido na esfera da produção. Mas o contrário não é verdadeiro, ou seja, nem todo o tempo em que o capital é mantido no processo de produção é necessariamente tempo de trabalho. O tempo de produção consiste em duas partes, um período em que o trabalho é realmente aplicado na produção e um segundo período, durante o qual a mercadoria 'inacabada' deve aguardar a influência de processos naturais, sem se submeter simultaneamente ao processo de trabalho. (MARX, 1974, p. 242)

Sendo assim, o valor e, por conseguinte, a mais-valia, não é igual ao tempo que dura a fase da produção, antes coincide com o tempo de trabalho, materializado e vivo, empregado durante a exata fase da produção. Separando analiticamente o tempo de trabalho do tempo de produção 'improdutivo', temos que quanto mais ambos coincidirem, maiores serão a produtividade e a auto-expansão do capital.

Dessa maneira, a agricultura tipicamente capitalista expande-se em setores de atividade onde o tempo de produção pode ser reduzido com sucesso, sendo descartados os setores dependentes naturalmente de maior hiato temporal. Por sua vez, situações inversas tendem a repelir os investimentos capitalistas, as brechas de que se aproveita a classe camponesa para se recriar.

Cumprе salientar que a circulação é outro elemento que não está dissociada desse princípio, dada a propriedade de igualmente definir a pertinência dos investimentos na agricultura.

Sabemos que não é no interior do processo produtivo, mas somente no momento em que a mercadoria assume a sua forma acabada e ingressa no mercado, é que o valor nela contido pode ser realizado. Portanto, quanto mais reduzido for o tempo em que há consumo de energia vital para a produção de um bem, somada à menor quantia de dinheiro imobilizado para que isso ocorra, maior será, comparativamente, a quantia potencial de mais valia a ser extraída, pois os capitalistas poderão inclusive pagar salários recorrendo ao valor criado pelos próprios trabalhadores, já convertido em dinheiro no processo de circulação. Isso lhes permitirá, inclusive, aumentar a quantidade de força de trabalho a seu serviço, ampliando a produção.

Por outro lado, quanto mais precível for uma mercadoria e maior a restrição de seu tempo de circulação, em virtude de suas características naturais, menos adequada será à produção capitalista. Evidente que outras variáveis interferem nessa equação, o que não

nos permite uma correlação automática entre alta precibilidade e baixa rentabilidade e vice-versa.

Isso porque produtos agrícolas duráveis, a exemplo dos cereais, têm um complicador quando se considera a dinâmica da circulação: pelo fato de apresentar tempo de produção relativamente longo, requerem uma determinada quantidade de capital-mercadoria, ou em outras palavras, quantidades disponíveis, para ser ofertado durante o período que separa uma colheita da subsequente.

Daí decorre a necessidade de estocagem, já que o consumo é ininterrupto ao longo do ano, o que implica imobilização de capital sob a forma de estoques. Sabendo-se o quanto a fluidez de capital na contemporaneidade tem tido como aliada a diminuição dos estoques, mediante a programação da produção conforme o ritmo da demanda, notamos ser esta mais uma das razões pelas quais é necessário repensar os parâmetros clássicos de análise. No limite, é necessário ponderar que tanto produtos agrícolas perecíveis quanto duráveis criam limitações para a circulação monetária, em moldes ideais aos parâmetros capitalistas.

Outro ponto a ser destacado diz respeito à noção de que a lógica produtiva nos parâmetros estritamente capitalistas é portadora de uma capacidade ilimitada de instalar-se e perpetuar-se. Para Shanin (1980), os teóricos do desaparecimento do campesinato sobreestimaram a força transformadora do capitalismo. Numa analogia que invoca o mito de Midas, que a um simples toque, tudo podia transformar em ouro, explica que a recriação dos camponeses no planeta inteiro, à revelia da sentença de seu desaparecimento, é uma evidência de que isso não se poderá processar em termos de capacidade de conversão ao capitalismo.

Contudo, esta premissa continua presente em parte das obras que se ocupam da questão agrária na contemporaneidade, e a supressão do conceito de campesinato o demonstra. Como os sujeitos em questão continuam desafiando essa leitura com sua presença concreta no campo, o caminho tem sido o da desconceituação, a exemplo do que transforma camponeses em agricultores familiares.

A nosso ver, subjacente a essa opção teórica há uma destituição das relações sociais implícitas no caráter de classe de que o conceito é prenhe, em favor da conversão do mercado em elemento fundante da produção econômica e, conseqüentemente, da recriação social. Uma evidência disto é a tendência à vinculação do termo agricultor familiar ao conjunto daqueles que desfrutam de uma relação superavitária com o mercado, atribuindo-se aos depauperados o rótulo de camponeses.

Entretanto, pensar a contemporaneidade desconsiderando a abrangência da mercadoria é algo fora de propósito, pois a despeito de essa não ser o objetivo primordial do capitalismo, é por meio de sua produção, circulação e consumo que a mais-valia se realiza.

Sendo assim, é extemporânea a tese de que camponeses são os que produzem em um circuito de rudimentar autosuficiência e, quando deixam de fazê-lo, igualmente deixam de ser camponeses para tornarem-se agricultores familiares. Por sua vez, revela os limites da rigidez teórica, herdada da sentença fatalista quanto ao destino do campesinato

enquanto classe. Lembremos, no entanto, que esta nasceu no contexto em que a degradação e a miséria a que foram submetidos os camponeses expulsos do campo reclamava a elaboração de um projeto político que pudesse agregar forças no sentido da superação da barbárie recém instalada.

Esse é o sentido das alianças em torno do ideal de construção da sociedade socialista, mas que fora traçado por e para o proletariado, restando aos camponeses aderirem ao projeto na condição de sujeitos pré-políticos. Isso supunha serem tutelados e assim conduzidos às fileiras do proletariado para, passada a provação da expropriação e da sujeição real ao capital, adentrarem em condição de igualdade cultural e política o reinado dos iguais.

O problema desse destino manifesto é que os camponeses não puderam nele se reconhecer, porque o sentido de sua liberdade estava no acesso à propriedade privada da terra, mas, diga-se de passagem, em moldes contrários ao princípio da propriedade privada capitalista da terra.

De acordo com Marx (1974), a presença ou ausência do trabalho assalariado é o critério fundamental pelo qual a pequena produção de mercadorias será diferenciada da produção capitalista. Desse modo, a transformação da pequena produção em produção capitalista requer a transformação das relações sociais de produção.

Dessa maneira, o emprego de máquinas, a especialização da produção, a competição em mercados, a expansão da produção, em si, nada representam em termos de diferenciação, ou seja, não são esses elementos que assinalam a distinção fundamental entre camponeses e capitalistas.

Além das relações de trabalho, há uma lógica peculiar a mover os primeiros. O sentido da propriedade capitalista da terra é a sua transformação em equivalente de capital. É o que permite auferir mais valia por meio da exploração direta da força de trabalho empregada nas atividades em seu interior, somada à extração da renda da terra, o tributo que a sociedade inteira paga ao conjunto dos proprietários fundiários.

Por outro lado, ainda que o sentido da propriedade privada camponesa da terra seja a extração da renda, por meio da destinação de sua produção ao mercado, ela ingressa na forma de recursos a serem empregados na compra de mercadorias imprescindíveis à reprodução da família.

Enganara-se, pois Lênin (1980), ao rotular os camponeses de pequenos agraristas, que em tese se diferenciariam dos latifundiários por uma questão meramente escalar: a quantidade de terras que dispunham.

Kautsky (1980) já contestara esse rótulo, ao mostrar que os camponeses necessitam da terra tanto quanto os proletários necessitam de um emprego. Em outras palavras, a terra teria, para os camponeses, a potencialidade de empregar a sua força de trabalho, sendo a renda a remuneração necessária à sobrevivência da família.

Enfim, na compreensão de Lênin (1980), haveria um romantismo nos estudos focados nos camponeses, a ser removido em favor de um projeto de socialização pelo trabalho, o que supunha a completa supressão da propriedade individual da terra.

Em linhas semelhantes raciocinou Kautsky (1980), que vira nessa classe os bárbaros, os trabalhadores pouco inteligentes, incapazes de incorporar conhecimentos técnicos que pudessem revolucionar tecnicamente a agricultura, da qual não se poderia prescindir em estágios societários mais avançados.

Desconsiderando a coerência desse arcabouço teórico com o contexto ou mesmo com os propósitos de mobilização transformadora com que se envolveram Kautsky e Lênin, é oportuno lembrar que em uma situação de extrema concentração fundiária e de poder desmesurado dos proprietários, como ocorre no Brasil, tais assertivas constituíram-se e ainda constituem-se em instrumento singular de legitimação das ações que orientam as políticas territoriais eminentemente concentracionistas.

Embora estejamos no segundo mandato presidencial de um governo que alçou as esferas decisórias do Estado como portador de um projeto que supunha a superação de estruturas nefastas, e a agrária é uma delas, não há no horizonte transformações, sequer mudanças dignas de nota, pois a política de reforma agrária não possui a abrangência necessária, mesmo considerando-se as metas propostas, que estão longe de serem alcançadas, a despeito das maquiagens estatísticas .

Portanto, estes são tempos de potenciais avanços dos mecanismos de expropriação, em face da aquiescência do poder público aos novos paradigmas de produção a nos rondar. Daí a pertinência em atentar para os apelos da mídia e para os argumentos de uma parte dos intelectuais de que a grande propriedade é a provedora dos alimentos, matérias primas e santuário da produção energética do país, da qual não se poderá prescindir.

Faz-se necessário, então, reafirmar que a concentração da riqueza patrimonial nos níveis verificados no Brasil, e a concentração da terra é o melhor exemplo, é socialmente insustentável, porque exclui uma parcela importante da população do usufruto das riquezas geradas coletivamente. E a melhor forma de fazê-lo é mostrar, por meio dos dados, o quanto são débeis seus resultados econômicos, proporcionalmente à área monopolizada.

Faces da produção e renda agrícola no Brasil

Ante o reiterado esforço de construção de um consenso sobre a vitalidade do agronegócio e sua suposta capacidade de dinamizar a economia, o que justificaria o acesso privilegiado ao patrimônio fundiário e aos recursos públicos, algumas questões necessitam de uma análise mais cuidadosa. É justamente sobre essa problemática que se lança Oliveira (2003), analisando o campo brasileiro a partir de contradições identificadas a partir de um contraponto entre a modernidade anunciada e a barbárie que emana da estrutura baseada na concentração fundiária.

Num esforço respaldado em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), mostra a vinculação equivocada da eficiência produtiva à grande propriedade, ao mesmo tempo que elucida a capacidade proporcionalmente superior da pequena

propriedade em produzir alimentos e matérias primas, gerar emprego e renda. Percorramos superficialmente os dados, a fim de melhor conhecer o panorama da agricultura brasileira.

Considerando que a base de toda produção é o acesso à terra, a agricultura já se defronta aí com uma distorção grave, posto que de acordo com o INCRA (apud Oliveira, 2003, p. 127), 85,2% dos imóveis rurais tem menos de 100 hectares e ocupam apenas 20% das terras no país. Por outro lado, os imóveis com mais de 1.000 hectares, embora numericamente inexpressivos, pois representam 1,6% do total, açambarcam 43,8% das terras.

Entretanto, o argumento de que a reforma agrária é uma bandeira anacrônica no Brasil atual tem sido utilizado não apenas por sujeitos e agentes do latifúndio mas, não raro, por intelectuais, senão vejamos:

Reformas têm o seu tempo histórico, e a agrária surgiu nos anos 50, quando foi entendida como necessária para constituir o mercado interno que desenvolveria o país. Mas isso não ocorreu, pois após o ‘milagre brasileiro’ o Brasil ressurgiu mais urbano, com sua economia prescindindo da reforma agrária. (Navarro, 2007, p. 3)

Contrapondo tais argumentos com os dados apresentados por Oliveira (2003), com os quais dialogamos nas páginas subseqüentes, somos impelidos a retornar novamente ao pressuposto de que trabalhos científicos podem produzir resultados opostos e inconciliáveis, mesmo em se tratando do mesmo recorte analítico, quando derivados de identidades de classes antagônicas.

Poderia discordar o conjunto dos 1,6% dos proprietários, que juntos controlam quase a metade do patrimônio fundiário brasileiro, da tese de que a reforma agrária foi uma necessidade de outros tempos, e que o Brasil superou esse entrave ao se tornar urbano? Mais ainda, conviria aos 27 proprietários, cujas propriedades possuem dimensões equivalentes às do Estado de São Paulo, questionar essa lógica argumentativa? Por outro lado, para ficar só nos que vivem na terra, ou melhor, em nêsgas de propriedades cuja área é inferior a 10 hectares, e que somam 1.338.711 proprietários, restaria indagar se eles também julgam inoportuna uma redistribuição fundiária no país.¹

É por isso que compreender as contradições da agricultura brasileira supõe a transcendência de fragmentos teóricos transportados e, no debate em questão, nos que versam sobre a indissociabilidade entre racionalidade técnica e grandes extensões de terra. Trata-se de uma questão de método e que, necessariamente, supõe buscar na teoria os elementos que iluminam a realidade que se quer iluminar. A operação inversa, em que a teoria serve para enquadrar a realidade, é um recurso muitas vezes coerente com as conveniências de classe .

Como mitos e verdades remetem aos ângulos sob os quais se olha, consideramos oportuno refletir sobre a tão propalada eficiência produtiva que justifica à sociedade a manutenção da estrutura fundiária que ora expomos.

¹ Conf. INCRA apud Oliveira, 2003, p. 127

De acordo com Oliveira (2003, p. 134-136) a pequena propriedade, seja em volume da produção, seja em valor da produção, supera a grande em todas as atividades agropecuárias, excetuando-se a produção de carvão, de madeira e de cana-de-açúcar.

Sabendo-se que tanto o carvão quanto a madeira resultam da atividade extrativa predatória que, aliás, tem marcado o ritmo da expansão da fronteira agrícola, via de regra com fins mais especulativos do que produtivos, pouco se pode esperar em termos de contribuição para o efetivo desenvolvimento do país.

Restaria a cana-de-açúcar, o carro chefe do agronegócio energético, mas o descumprimento da legislação ambiental e trabalhista, marcantes nessa atividade, torna o cumprimento da função social da terra previsto na Constituição uma quimera.

Por mais paradoxal que possa parecer, uma pesquisa coordenada por Maria Aparecida de Moraes Silva identificou nos canaviais do estado de São Paulo condições de trabalho tão degradantes quanto a dos escravos do século XIX, e isso se aplica à expectativa de vida dos cortadores de cana (ZAFALON, 2007). Sendo assim, se poderá falar em crescimento econômico, porém jamais em desenvolvimento vinculado a essa atividade .

Outra face perversa da grande propriedade é a ociosidade. Embora seja consenso a idéia de que aí está o *locus* da pecuária, apenas 21,8% do rebanho bovino encontra-se nelas. Mais surpreendente ainda é saber que a participação do rebanho existente nas pequenas propriedades corresponde a 37,7% do total nacional.

Mas haveria ainda o argumento de que o agronegócio majoritariamente se constitui de atividades econômicas intensivas, e a pecuária não seria um referencial válido, pois as práticas extensivas puxariam as médias para baixo. Vejamos então os dados apresentados por Oliveira (2003, p. 135) sobre as fibras têxteis, leguminosas e cereais:

No algodão, o volume da produção da grande propriedade corresponde a apenas 27,2% do total produzido pelos pequenos proprietários. Convém lembrar aqui que em termos tecnológicos, não é possível estabelecer parâmetros de comparação, pois entre os pequenos proprietários que o produzem, grande parte são camponeses extremamente empobrecidos, como os do Norte do Paraná, que realizam a atividade de forma itinerante, percorrendo a região em busca de terras arrendáveis para tanto. Assim, se o parâmetro é a eficiência produtiva, os dados falam por si.

Em relação ao arroz, o volume da produção oriundo das grandes propriedades corresponde a apenas 47,3% do que é proveniente das pequenas. Tal qual no algodão, discutir eficiência produtiva supõe considerar os recursos de que dispõem os grandes rizicultores, inclusive em termos de crédito público para custeio, e as condições materiais e técnicas com que são conduzidas as lavouras camponesas.

Até mesmo na soja a produção oriunda das grandes propriedades corresponde a apenas 63,6% do volume colocado no mercado pelas pequenas propriedades. Por se tratar da cultura de maior projeção em termos de exportação, sobre ela recai a maior fatia de recursos para custeio. Mais à frente demonstraremos como se dá a partilha do montante destinado aos financiamentos agrícolas entre grandes e pequenos proprietários.

No caso do milho, outra *commodity* de relevância, a grande propriedade alcança apenas 19,8% do volume colocado no mercado pela pequena propriedade. Se no caso do trigo, a diferença é espantosa: apenas 8,4%, o que não dizer do feijão, pois o volume da produção proveniente das grandes propriedades corresponde a apenas 5,85% do que disponibilizam aos brasileiros as pequenas propriedades.

Enfim, em qualquer ordem que se queira elaborar a lista da produção agrícola no Brasil, os números contestarão a tese consagrada da eficiência produtiva da grande propriedade, muitas vezes imposta por discursos que as apresenta à sociedade como responsável pela produção dos alimentos que temos à mesa. Discursos convertidos até em adesivos de potentes caminhonetes circulando nas cidades, sendo comum os dizeres: “Se você se alimentou hoje, agradeça ao produtor rural”

Entretanto, essa incapacidade concreta de transformar não apenas chavões, mas sobretudo condições materiais privilegiadas em produção efetiva, em contraposição à capacidade que têm demonstrado os camponeses em driblar as barreiras impostas pela limitação de terra e de recursos, parece não ser motivo de dissuasão, quando está em foco a pertinência de se alterar a estrutura fundiária, senão vejamos:

[...] o mundo rural se tornou mais heterogêneo e a produção de alimentos e matérias-primas, ainda nos anos 80, encontrou-se com a demanda. Assim, reforma agrária para garantir oferta de produtos e uma política que precisasse ser uniforme em todo o país também sumiram do mapa dos argumentos. (Navarro, 2007, p. 3)

Resta considerar que há limites estruturais para a resposta produtiva que tem dado a pequena propriedade. A concentração fundiária se mantém e certamente os dados do novo censo agropecuário o confirmarão. Ademais, de acordo com Oliveira (2003, p. 151), o volume da produção de alimentos básicos, como o arroz e o feijão, mantém-se praticamente inalterado desde o início dos anos 1990. Assim, o país que já importa esses alimentos, poderá ter que fazê-lo em escala diretamente proporcional à variação demográfica da população brasileira. Contudo, Navarro (2007, p. 3) afirma que: “A conclusão inevitável é que hoje inexistem razões, sob qualquer ângulo, para a realização desta reforma em todo o Brasil.”

Ainda que o mercado mundializado indique não haver razões para o país se preocupar com a segurança alimentar, já que a obtenção de alimentos pode ser assegurada com importações a preços muitas vezes inferiores ao custo da produção interna, há questões estratégicas que não podem ser desconsideradas, a não ser que continuemos tendo como horizonte a ‘utopia do possível’, nos termos do *stablishment*.

Tratemos, pois, da questão da soberania alimentar, inalienável nas políticas estratégicas dos países desenvolvidos e que, aliás, vem determinando os sucessivos fracassos nas tentativas de regulação do comércio internacional, como ocorreu com a “Rodada de Doha” de junho de 2007. Nesse caso, fracassaram as negociações porque os países desenvolvidos, embora desejassem a liberalização dos mercados para os produtos

industriais, não cederam à pressão para diminuir os subsídios agrícolas, bandeira daqueles países, entre eles o Brasil, que há muito abdicaram da prerrogativa de subsidiar a sua produção como forma de assegurar, em primeiro lugar, o abastecimento, a geração e a retenção interna da renda com equidade.

Mesmo que se argumente que a soberania alimentar deve ser considerada como secundária em relação a outras políticas estratégicas, não se poderá perder de vista a questão da renda interna, fato aliás que demarca o nível e a intensidade da economia do país.

Nesse sentido, não se equivoca Navarro (2007), quando afirma que a reforma agrária foi uma bandeira vinculada ao anseio de consolidação de um mercado interno como caminho para o desenvolvimento do país. Esquiva-se, contudo, quando não aborda os desdobramentos do reiterado abandono dessa bandeira.

De acordo com Furtado (1984), a difusão do progresso técnico e o aumento da produtividade, que indubitavelmente caracterizam setores do agronegócio, entre outros, não eliminou as mazelas sociais, antes as aprofundou, em virtude da introdução de processos produtivos capazes de aumentar a eficiência na utilização de recursos, mas voltados ao atendimento da demanda de apenas uma parcela da população.

Basta observar esse quadro para perceber que o sistema industrial brasileiro não poderá derivar das exportações seu principal impulso de crescimento. Ou ele recupera sua vocação de formador do mercado interno ou terá de modificar sua estrutura, renunciando a alcançar a autonomia requerida para auto-sustentar seu próprio crescimento. (FURTADO, 1983, p. 86)

Ensina esse autor que o centro dinâmico da economia de todos os países ditos desenvolvidos está assentado no mercado interno, fato fundamental, de acordo com sua perspectiva, inclusive para o desenvolvimento tecnológico e a respectiva capacidade competitiva. É por essa razão que enquanto alguns propalavam que o tempo da reforma agrária havia passado, esse autor indagava ao país qual o caminho a seguir: o do fortalecimento do mercado interno, baseado na distribuição de renda, ou da inserção subordinada no mercado mundial, mesmo contando com setores competitivos tecnologicamente, porém extensões das empresas multinacionais, que contribuem para o desenvolvimento social do seu país de origem, e não onde instalam suas filiais.

Esse é um dos sentidos da reforma agrária. No atual estágio técnico, em que a composição de capital constante do setor produtivo permite um descarte progressivo da força de trabalho, a agricultura é o setor da economia que possui o maior potencial de absorção de mão-de-obra, fator fundamental para a geração de renda, a base do mercado interno que nos fala Furtado.

Entretanto, uma ressalva deve ser feita, já que nesse aspecto, é a pequena propriedade que poderá fazê-lo. De acordo com Oliveira (2003, p. 129), a pequena propriedade responde por 86,6% de todos os empregos e ocupações no campo. Por outro

lado, a grande propriedade, a despeito da área controlada, é responsável por apenas 2,5% deles.

Por isso, discordamos de Navarro (2007, p. 3) quando assevera que:

Nem mesmo existe uma demanda social digna do nome, cada vez mais raquítica. Quando muito, a reforma agrária concentrada exclusivamente no chamado 'polígono das secas' ainda seria justificável, pois reduziria a incidência da pobreza rural.

Diria Prado Júnior (1981) que as disposições contra a reforma agrária somente adiam a constituição de um pacto social que possa alterar o equilíbrio de forças políticas capazes de viabilizar, de fato, políticas públicas aptas ao fomento adequado da pequena produção. Na atualidade, isso não poderia ficar mais patente do que nas formas como vêm sendo geridos os recursos e respectivas dívidas do setor agrícola.

[...] em 2003, dez grandes grupos econômicos multinacionais obtiveram R\$ 4,3 bilhões do Banco do Brasil, quase o mesmo valor acessado por 1,3 milhão de camponeses (R\$ 4,5 bi). Além da proporção desigual, a gestão de recursos voltados à política agrícola é marcada pela concentração e favorecimento ao capital internacional. Segundo a Via Campesina, no ano passado, R\$ 4,6 bilhões foram destinados em financiamentos a 27 grandes grupos econômicos. (VALENTE, 2007)

Embora grande parte dos recursos destinados à agricultura acabe nas mãos dos grandes proprietários, é esse segmento que engrossa uma dívida que se arrasta ano a ano. De acordo com Valente (2007), na safra 2004/2005, as grandes propriedades absorveram 39,5 bilhões de reais do crédito agrícola, enquanto as pequenas tiveram a seu dispor sete bilhões. Vimos, contudo, a resposta em termos de produção de ambos os segmentos.

Já o plano safra 2007/2008 prevê a disponibilização de 58 bilhões de reais, com uma redução da taxa de juros para 6,75% ao ano. Entretanto, neste ano a dívida dos produtores superou a casa dos 100 bilhões de reais. E como trata-se de uma dívida sistematicamente rolada, novamente os ruralistas mobilizaram-se para garantir novas rolagens e mais crédito em conta.

Esse astronômico valor mostra o quanto o setor vem sendo eficiente em não saldar os débitos e ampliar a participação no fundo público. Como a bancada ruralista é, desde sempre, maioria no Congresso Nacional, sistematicamente vem conseguindo impor suas demandas.

A partir de uma negociação com o governo de Fernando Henrique Cardoso, no ano de 2000 os grandes produtores conseguiram que as dívidas só começassem a ser pagas cinco anos depois de contraídas, obtendo um prazo de até 25 anos para saldarem os compromissos. De acordo com Valente (2007), em 2002, outro acordo estipulou novos subsídios e juros fixos de 3% ao ano, enquanto a taxa Selic, que regula os índices de juros no país, oscilava entre 15 e 20%. A diferença, a chamada equalização de juros, passou a ser bancada pelos cofres públicos e ter o Tesouro Nacional, que nada mais é que a reserva de

dividendos formada a partir da arrecadação de impostos da população, como avalista. Ou seja, se os produtores não pagarem a dívida, cabe ao governo fazê-lo.

Portanto, essa é uma evidência da estratégia de socialização das perdas por meio do acesso ao fundo público. O rentismo de que nos falam Oliveira (2003) e Martins (1995) tem aí uma de suas melhores expressões, pois a manutenção da grande propriedade tornou-se um dos caminhos privilegiados para o acesso aos recursos públicos.

Enquanto não formos capazes de construir, por meio do circuito conhecimento científico - conhecimento comum, um diálogo consistente sobre os fundamentos da questão agrária, prevalecerão assertivas que ocultam o essencial e projetam o que convém aos setores hegemônicos da sociedade, os quais têm na propriedade concentrada da terra um de seus sustentáculos primordiais. O negócio energético promete ser mais uma ocasião para o saque anunciado.

Considerações Finais

A monopolização da terra semeada nos primórdios da colonização germinou, deitou raízes. E por isso deu frutos, que ora os colhemos. Mas que contrariamente à generosidade dos frutos da terra lavrada, são frutos gerados pela eterna espera. Espera pela justiça social que nos foi negada, pela cidadania que nos foi arrancada, pela segurança que nos foi roubada. Enfim, esperas, que tornam a esperança num país social e ambientalmente sustentável uma utopia.

A não ser que esse país se reconcilie com seu povo, e isso supõe o encontro com o território negado pelas estratégias históricas de cerceamento da terra, implementadas pelas oligarquias, travestidas ao gosto de cada época. E que na atualidade vestem a roupagem da eficiência produtiva redentora do agronegócio. Afinal, poderíamos prescindir dele?

Não, seria a resposta, se aceitarmos como verdadeiro o pressuposto de que a racionalidade técnica, leia-se maior eficiência produtiva, supõe propriedades extensas. Não, também seria a resposta, se fossem as grandes propriedades as principais responsáveis pela produção agrícola no Brasil.

Mas nesse país em que o Presidente da República denomina “heróis” aqueles que extraem dos trabalhadores a energia vital que só os senhores ousaram extrair de seus escravos não pode haver espaço para (in)certezas.

Também não pode haver espaço para saudades, pois até escravos temos, e em profusão, invariavelmente vinculados ao agronegócio e predominantemente nas áreas de fronteira agrícola, mas não apenas nelas.

E no rol de fatos sinistros, a morte grassa, igualmente intensa nas áreas recém incorporadas à agricultura de escala, como demonstraram estudos publicados em 2007, em que ao lado de índices que nem países em guerra exibem, como os 165,3 assassinatos por 100.000 habitantes (Colniza-MT), a prosperidade é maculada pela aliança desmatamento e morte. De acordo com o mapa da violência no Brasil, 61 dos 100 municípios com os maiores

índices de desmatamento são também os que apresentam as maiores taxas de assassinatos no país. E não se poderá invocar o fetiche da violência urbana para explicá-las, pois muitos de seus núcleos urbanos são menores que um bairro qualquer de nossas metrópoles, surpreendentemente mais seguras que esses quintais do latifúndio.

É por isso que afóra a defesa das estruturas agrárias que aí estão, por aqueles que delas se beneficiam ou com elas se identificam, e que certamente recebem como dádiva a demanda ora gerada pela necessidade da humanidade em encontrar fontes renováveis de energia, cabe indagar:

Que tipo de Brasil teremos, ante os novos cenários mundiais desenhados pela questão energética? Um Brasil de seres humanos reduzidos a condições de vida similares a dos escravos do século retrasado? Um país acuado pela violência de que é portador o latifúndio, agente da morte nos rincões e da inclusão precária, para não falar em exclusão, no restante do país, e que igualmente reverbera em violência?

Por que é gigante por natureza, natureza agora a ser apropriada na perspectiva da energia renovável, o Brasil está diante de mais uma oportunidade histórica de questionar a sustentabilidade do berço esplêndido em que repousa a oligarquia, oculta em diversas máscaras, até porque no Brasil grandes proprietários são também grandes comerciantes, industriais, banqueiros e políticos de carreira.

Mais uma vez nos é dada a possibilidade de escolher o caminho da partilha fundiária, viável como nunca, dado o cenário promissor da produção energética. Na lógica camponesa, poderá gerar, além da energia, alimentos, renda, cidadania. No modelo monopolista, mais um capítulo da tragédia agrária brasileira.

Referências Bibliográficas

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Brasília: UNB, 1963.

_____. *Não à recessão e ao desemprego*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. 3. ed. São Paulo: Proposta, 1980.

LENIN, Vladimir I. *Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América*. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

_____. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARX, Karl. *O capital*, livro 3, v. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

NAVARRO, Zander. Comédia agrária. In: *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 abr. 2007. Tendências e Debates, p. A3.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: *Terra Livre*, ano 19, v. 2, n. 21, p. 113-156, jul/dez. 2003.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A questão agrária no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PAULINO, Eliane Tomiasi. *Por uma geografia dos camponeses*. São Paulo: Unesp, 2006.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2004

_____. *Economia espacial: críticas e alternativas*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

SCOLESE, Eduardo. Crédito rural cresce 16%, para R\$ 58 bi. In: *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 jun. 2007. Dinheiro, p. B5.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituação e desconceituação-o velho e o novo em uma discussão marxista. *Estudos Cebrap*, Petrópolis, n.26, p.43-79, 1980.

VALENTE, Jonas. Movimentos sociais reagem ao “tratoração” do agronegócio. Disponível em: <<http://www.terrazul.m2014.net/spip.php?article135>>. Acesso em: 01 jul. 2007.

ZAFALON, Mauro. Cortadores de cana têm vida útil de escravo em SP. In: *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 abr. 2007. Dinheiro, p. B1.